

A cultura do consumo e o endividamento excessivo: uma discussão sobre possíveis intervenções da educação financeira

The culture of consumption and excessive indebtedness: a discussion on possible interventions of financial education

La cultura del consumo y el endeudamiento excesivo: una discusión sobre posibles intervenciones de la educación financiera

Recebido: 29/06/2022 | Revisado: 19/07/2022 | Aceito: 19/08/2022 | Publicado: 28/08/2022

Lúcia Aparecida Ancelmo

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4013-2705>
Secretaria de Estado da Educação do Paraná, Brasil
E-mail: luancelmoadm@hotmail.com

Carlos Cesar Garcia Freitas

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8220-3519>
Universidade Estadual do Norte do Paraná, Brasil
E-mail: cesarfreitas@uenp.edu.br

Resumo

A dificuldade em administrar recursos financeiros tem levado muitos brasileiros ao endividamento, pois nem todos possuem o conhecimento necessário para lidar com o dinheiro de maneira assertiva. Somado a esse fato, a cultura do consumo estimula o consumismo, com desejos intermináveis e no consumo acrítico, interferindo no equilíbrio financeiro, adquirindo bens que não estão dentro do orçamento, podendo levar ao endividamento. Já a Educação Financeira apresenta conceitos e objetivos de encontro a essa problemática, objetivando o equilíbrio da vida financeira, o consumo consciente e a poupança. Assim, por meio de pesquisa qualitativa realizou-se um levantamento bibliográfico considerando a questão norteadora: Como a Educação Financeira pode contribuir para minimizar os impactos do Consumismo e Endividamento na sociedade? Os aportes teóricos Bauman (2001; 2008), Baudrillard (1985), Bourdieu (1983) e ENEF (2012), possibilitaram uma discussão de possíveis articulações entre consumismo e endividamento e os objetivos da Educação Financeira nas Escolas, considerando suas contribuições para o consumo consciente e o equilíbrio financeiro. Inferiu-se que a Educação Financeira pode contribuir para a amenização dos problemas com o consumismo e o endividamento, utilizando conceitos e ferramentas que estimulem as habilidades e que viabilizem um processo reflexivo sobre as atitudes para o equilíbrio da vida financeira.

Palavras-chave: Consumismo; Educação financeira; Endividamento.

Abstract

The difficulty in managing financial resources has led many Brazilians to indebtedness, as not everyone has the necessary knowledge to deal with money assertively. Added to this fact, the culture of consumption encourages consumerism, with endless desires and uncritical consumption, interfering with financial balance, acquiring goods that are not within the budget, which can lead to indebtedness. Financial Education, on the other hand, presents concepts and objectives against this problem, aiming at the balance of financial life, conscious consumption and savings. Thus, through qualitative research, a bibliographic survey was carried out considering the guiding question: How can Financial Education contribute to minimize the impacts of Consumerism and Indebtedness on society? The theoretical contributions Bauman (2001; 2008), Baudrillard (1985), Bourdieu (1983) and ENEF (2012), allowed a discussion of possible articulations between consumerism and indebtedness and the objectives of Financial Education in Schools, considering their contributions to consumption conscious and financial balance. It was inferred that Financial Education can contribute to the alleviation of problems with consumerism and indebtedness, using concepts and tools that stimulate skills and enable a reflective process on attitudes towards the balance of financial life.

Keywords: Consumerism; Financial education; Indebtedness.

Resumen

La dificultad en la gestión de los recursos financieros ha llevado a muchos brasileños al endeudamiento, ya que no todos tienen los conocimientos necesarios para manejar el dinero de forma asertiva. Sumado a este hecho, la cultura del consumo fomenta el consumismo, con deseos interminables y consumo acrítico, interfiriendo en el equilibrio financiero, adquiriendo bienes que no están dentro del presupuesto, lo que puede llevar al endeudamiento. La Educación Financiera, por su parte, presenta conceptos y objetivos frente a esa problemática, visando el equilibrio de la vida financiera, el consumo consciente y el ahorro. Así, a través de una investigación cualitativa, se realizó un

levantamiento bibliográfico considerando la pregunta orientadora: ¿Cómo la Educación Financiera puede contribuir a minimizar los impactos del Consumismo y el Endeudamiento en la sociedad? Los aportes teóricos Bauman (2001; 2008), Baudrillard (1985), Bourdieu (1983) y ENEF (2012), permitieron discutir las posibles articulaciones entre el consumismo y el endeudamiento y los objetivos de la Educación Financiera en las Escuelas, considerando sus aportes al consumo consciente, y equilibrio financiero. Se infirió que la Educación Financiera puede contribuir al alivio de los problemas de consumismo y endeudamiento, utilizando conceptos y herramientas que estimulen habilidades y posibiliten un proceso reflexivo sobre actitudes frente al equilibrio de la vida financiera.

Palabras clave: Consumismo; Educación financiera; Endeudamiento.

1. Introdução

Diante da dificuldade que muitos cidadãos possuem em administrar sua vida financeira, observa-se nas últimas décadas um panorama de endividamento que atinge o cenário econômico brasileiro. Porém, o dinheiro está presente na maioria das relações sociais e econômicas do Brasil e aprender a lidar com seus recursos financeiros de maneira assertiva pode proporcionar condições para uma vida financeira mais equilibrada.

No entanto, de encontro aos objetivos de Educação Financeira, está a cultura do consumo, que, tão presente em todas as formas de relação e expressão social, incentiva o consumo como forma de identidade no mundo, estimulando as pessoas a seguirem modas, tendências e a se comportarem segundo esse modo de vida, que busca exprimir sua cultura e personalidade por meio dos bens que adquire (Bourdieu, 1983).

A cultura do consumo, estimula o consumismo e pode levar as pessoas a uma insatisfação constante na busca pela realização de seus desejos. Nesse ponto é que os cidadãos podem se perder em meio aos apelos e desejos, consumindo seus recursos financeiros de maneira acrítica, de modo a acompanhar os padrões relevantes para eles. O consumo acrítico pode levar as pessoas a comprarem coisas que talvez nem necessitem, como fonte de satisfação de um desejo carregado de subjetividade. Assim, com o intuito de vender uma imagem pessoal o consumidor, antes de tudo, torna-se nesse processo, uma mercadoria, construindo uma imagem por meio do que consome, e vendendo a ideia que pretende exprimir por meio dessa imagem.

As ações de Educação Financeira, nesse sentido, objetivam colaborar com a formação dos cidadãos, possibilitando condições de decisões financeiras equilibradas, se relacionando com o dinheiro de forma saudável, atendendo às necessidades e realizando projetos pessoais (Banco Central do Brasil, 2013).

Nesse sentido, este artigo tem por objetivo discutir a respeito da problemática do consumismo e do endividamento e de que forma a educação financeira pode contribuir para minimizar os efeitos desses fenômenos na sociedade contemporânea por meio da Educação Financeira nas Escolas, proposta pela Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF, 2012).

1.1 Consumismo e endividamento

Nesta seção apresenta-se o referencial que fundamenta os principais conceitos e elementos teóricos acerca do consumo e do consumismo, e do comportamento que tem levado muitos cidadãos ao consumo excessivo e, por consequência ao consumo acrítico, desencadeando um processo de endividamento.

O capitalismo enquanto sistema produtivo e econômico percebe a produção e o consumo como atividades que possibilitam o desenvolvimento econômico de uma nação. Desse modo, a produção de bens é componente importante dessa estrutura, considerando que, por meio da produção e consumo, os índices de emprego, arrecadação de impostos e outros fatores são influenciados por essa movimentação econômica.

Dados da Confederação Nacional da Indústria apontam que no Brasil, a produção de bens compõe 22% do Produto Interno Bruto (PIB) e 32% dos tributos federais. Assim, com essa movimentação de recursos financeiros, de maneira geral, para cada R\$1,00 produzido, na indústria, é gerado um ganho de R\$2,40 na economia (CNI, 2019), o que possibilita que a economia do país se desenvolva por meio da produção de bens e consumo.

Entende-se, desse modo, que o consumo é necessário a todos os indivíduos (Bauman, 2008), sendo que não há como suprir as necessidades básicas sem que haja um relacionamento mínimo com o consumo. Para que os cidadãos possam ter acesso aos itens necessários à sobrevivência no contexto social capitalista, é necessário consumir.

Porém, muitas vezes o consumo pode ir além das necessidades dos indivíduos e acaba por tornar-se um comportamento que caracterizará os indivíduos socialmente. Bourdieu (1983) entende que o consumo ocorre baseado em características sociais, com o intuito de exprimir um estilo de vida, dando origem a preferências distintas que exprimem por meio de uma simbologia um estilo pessoal e social.

Ao encontro da perspectiva de Bourdieu (1983), McCracken (2007, p. 100), identifica que há uma significância relacionada aos bens de consumo: “os bens de consumo têm uma significância que vai além de seu caráter utilitário e seu valor comercial. Essa significância reside, em grande medida, na capacidade que têm os bens de consumo de carregar e comunicar significado cultural”.

O estilo de vida, a cultura e o contexto social podem influenciar o comportamento das pessoas, fazendo com que a ação do consumo esteja associada a esses fatores. Desse modo, na intenção de exprimir um estilo de vida e uma identidade, com a influência das mídias, o consumo pode originar um fenômeno denominado consumismo. Bauman (2008, p. 41) entende que o consumismo é:

[...] um tipo de arranjo social resultante da reciclagem de vontades, desejos e anseios humanos rotineiros, permanentes e, por assim dizer ‘neutros quanto ao regime’, transformando-os na principal força que coordena a reprodução sistêmica, a integração e a estratificação sociais, além da formação de indivíduos humanos, desempenhando ao mesmo tempo um papel importante nos processos de auto-identificação individual e de grupo, assim como na seleção e execução de políticas de vida individuais (Bauman, 2008, p. 41).

Baudrillard (1985) entende que essa reprodução de comportamento de consumo, buscando a autoidentificação social com desejos e anseios incessantes é estimulada pela mídia, nos grupos sociais, na escola, no trabalho. Em todos os espaços os indivíduos são estimulados ao consumo como forma de identidade e, assim, as massas são catequizadas a se comportarem dessa forma.

Sobre a relação dos cidadãos brasileiros com a mídia, destacam-se dados apresentados em pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), no ano de 2019, que a quantidade de aparelhos celulares no Brasil é maior que a de televisores, sendo que, para cada 1 televisor, existem 4 celulares. Quanto à proporção entre aparelhos digitais e número de habitantes do Brasil, a pesquisa aponta que há 2 dispositivos digitais (celulares, tablets, notebooks) por habitante brasileiro (FGV, 2019).

Assim, considerando a quantidade de mídias digitais existentes no Brasil, pode-se entender que constitui-se um público de grande proporção na mídia, conectados de modo intensivo aos veículos de comunicação digital, tendo seu comportamento de consumo influenciado pelas mensagens e ideias lá disponíveis, sendo a “principal vítima” do hábito de consumismo.

Essa cultura consumista sustenta todo um sistema que se beneficia do seu crescimento. Assim, os cidadãos são estimulados de maneira subjetiva em diversos contextos sociais para um comportamento voltado ao consumismo. Nessa sociedade, antes de consumidores, todos tornam-se mercadorias, pois consomem com a ilusão e o ínfimo objetivo de serem notados (Bauman, 2008).

Bourdieu (1983), também indica que a necessidade de serem notados leva os indivíduos a buscarem o consumo como forma de diferenciar-se dos demais, ou sentir-se pertencente a um grupo. De modo que as suas ações, preferências e escolhas os distingue e os caracteriza, de tal forma que, suas roupas, seu cabelo, seu carro, transmitem uma mensagem que os classifique.

Como que em um processo de robotização, a maioria das pessoas passam a reproduzir esse comportamento, o que viabiliza a manutenção de uma “sociedade de consumidores”. Cabe-se destacar que o consumo, básico e necessário a todos os seres humanos não se encaixa nessa lógica. Diferentemente do consumo, o consumismo é um fenômeno de dinâmica social (Bauman, 2008).

O termo de Sociedade de Consumidores é apresentado por Bauman (2008) em sua obra *Vida para Consumo* e o autor conceitua esse termo como o espaço de encontro entre os consumidores e os objetivos de consumo e o ambiente em que ocorrem as relações de consumo, reconstruindo as relações humanas baseada nesse ambiente existencial.

Dessa forma, Bauman (2008, p. 41) entende que uma sociedade de consumidores é caracterizada pelos seguintes atributos: “[...] capacidade profundamente individual de querer, desejar e almejar [...]”. Assim, esta dinâmica dá origem a uma formação social, na qual o consumo de bens irá estabelecer padrões de comportamento e de convívio.

O fortalecimento dessa estrutura da sociedade de consumidores, mais importante do que produzir bens, é produzir consumidores. Antes um bem era produzido e o seu consumo era uma consequência. Hoje a sociedade de consumo produz consumidores, pois é necessário produzir sua própria demanda, por meio dos mecanismos ideológicos de comunicação e comportamento (Baudrillard, 1985).

Assim, o consumismo também alimenta e estimula um ciclo de criação de necessidades e desejos (Bauman, 2008), que são saciados pelo consumo de novas coisas e produtos, uma vez que os objetos já não são fabricados e nem desejados para durarem muito tempo, atendendo somente a uma tendência ou modismo temporal (McCracken, 2007).

Bauman (2001) associa essa obsolescência acelerada dos desejos e dos bens ao conceito de modernidade líquida, no qual entende-se que as relações de produção, de consumo e sociais perdem a característica da durabilidade, tornando-se curtas e de precária utilização, originando relações que podem ser interrompidas e descartadas a qualquer tempo, independente de motivo, que quando não houver mais o desejo.

Nessa perspectiva, a função do marketing assume um papel importante no mercado com relação à criação e ao estímulo de desejos, fazendo uso de estratégias que influenciam os indivíduos a consumirem produtos e ideias, aderindo de maneira inconsciente e acrítica às propostas no que diz respeito ao consumo do que é moderno, atraente e novo (Bauman, 2008).

Portanto, o consumismo é a “economia do engano”, pois se vale da irracionalidade dos consumidores e, utilizando ferramentas emotivas, estimula as pessoas a consumirem cada vez mais, como possível garantia de felicidade e satisfação (Bauman, 2001), e também como uma possibilidade de destaque no anonimato social, uma vez que o consumidor é, antes, uma mercadoria, que por meio dos produtos e conceitos que consome, almeja exprimir uma ideia a ser vendida no convívio social (Bauman, 2008).

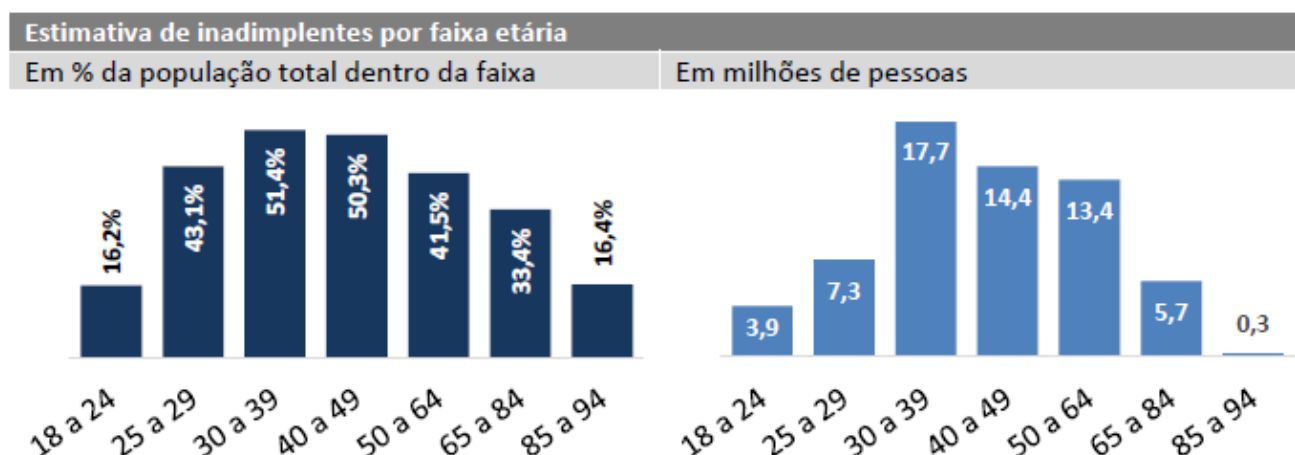
Deste modo, muitas vezes, levados pela cultura do consumismo, os cidadãos acabam gastando muito da renda que recebem de modo acrítico, limitando ou anulando o ato de poupar seus recursos. Esse comportamento aumenta as possibilidades de endividamento, principalmente diante dos imprevistos. O Brasil está no final da fila da comparação internacional de poupança, é o antepenúltimo, conforme relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico – OCDE (2018).

Ao encontro dos dados da OCDE (2018), está o informativo da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – ANBIMA (2019), que identifica dentre os investimentos que os brasileiros fizeram em 2018: 11% se destinou a aquisição de bens duráveis e imóveis; 8% em aplicações financeiras; 4% em empreendimentos e negócios; 1% no estudo dos próprios filhos; e o restante da população, 75%, não fez nenhum tipo de investimento. Isso demonstra que a cultura financeira dos brasileiros ainda está voltada ao consumo imediato, com pouco direcionamento para investimentos e outras aplicações de recursos (Anbima, 2019).

A falta do hábito de poupar pode acabar perpetuando o comportamento da compra à prazo, do uso do crédito emergencial, cheque especial e outros recursos financeiros, que, por serem de rápida aprovação, apresentam um índice muito alto de juros, levando a outros problemas.

Acrescenta-se a isso a falta de planejamento financeiro e o consequente endividamento. Segundo referência do Serviço de Proteção ao Crédito – SPC Brasil, referentes a abril de 2019, estima-se que existam 62,65 milhões de brasileiros estão com situação negativada. Conforme aponta a Figura 1, os maiores percentuais estão na faixa etária entre 30 e 49 anos, na qual mais da metade dos brasileiros está em situação inadimplente.

Figura 1 - Inadimplentes por faixa etária.



Fonte: SPC BRASIL (2019).

Alinhada à problemática do alto endividamento dos jovens, a OCDE aponta em pesquisa do ano de 2018 que a população jovem está na faixa etária com maior índice de pobreza, entre especificamente jovens e adultos até 40 anos, (Figura 3) sendo que, em pessoas mais velhas o índice de pobreza é menor, diminuindo ainda mais nas faixas etárias a partir dos 66 anos (OCDE, 2018).

Desse modo, considera-se importante que sejam desenvolvidas ações de Educação Financeira junto à população jovem, uma vez que com os dados dessa seção, foi possível observar os apontamentos para uma realidade nacional com jovens endividados, que precisam de formação para alcançar o equilíbrio financeiro e desenvolvimento social e econômico.

2. Metodologia

Este estudo buscou responder à seguinte questão norteadora: Como a Educação Financeira pode contribuir para minimizar os impactos do Consumismo e Endividamento na sociedade? Por meio de uma pesquisa qualitativa apoiada à luz dos pressupostos de Bogdan e Biklen (1994) este artigo foi extraído de uma dissertação de Mestrado em Ensino, intitulada “Educação Financeira no Ensino Superior: Uma proposta de curso de formação”, disponível no link: <https://uenp.edu.br/mestrado-ensino-dissertacoes/ppgen-dissertacoes-defendidas-3-turma-2018-2019>.

O artigo está dividido em duas seções, a primeira apresentará uma caracterização de Consumo, Consumismo e sua relação com o Endividamento e, a segunda apresentará como a Educação Financeira pode contribuir nos impactos desse problema na sociedade, considerando a Estratégia Nacional de Educação Financeira e a Educação Financeira nas Escolas, conforme apresentam-se a seguir.

Os aportes teóricos Bauman (2001; 2008), Baudrillard (1985), Bourdieu (1983) e ENEF (2012), possibilitaram uma discussão de possíveis articulações entre consumismo e endividamento e os objetivos da Educação Financeira nas Escolas,

considerando suas contribuições para o consumo consciente e o equilíbrio financeiro. Logo, os aportes foram trabalhados sob abrangência qualitativa, seguindo os traços de uma revisão bibliográfica integrativa de literatura. De acordo com Souza et al. (2010, p. 102) “A revisão integrativa é um método que proporciona a síntese de conhecimento e a incorporação da aplicabilidade de resultados de estudos significativos na prática”.

3. Resultados e Discussão

3.1 Educação financeira

Após um longo período de recessão, que durou décadas, sobretudo ao final dos anos 80 e início dos anos 90, a partir de 2003 com a inclusão do Plano Real no Brasil, cerca de 25 milhões de pessoas saíram da pobreza, fruto da estabilização econômica e que permitiu que muitos brasileiros se incluíssem economicamente (OCDE, 2018).

Após a implantação do Plano Real, com a economia estabilizada, houve um impulso ao consumo e às operações à prazo. As mudanças no sistema econômico brasileiro deram formato a um novo perfil de cidadão, que se depararam com uma relação diferente com o dinheiro, a partir de uma política de incentivo ao consumo (Teixeira & Kistemann, 2017). No entanto, quatro anos após essa transição a economia já refletia as consequências de uma lacuna com relação à Educação Financeira, refletida no aumento do endividamento da população.

Antes do Plano Real os cidadãos brasileiros com títulos protestados correspondiam a 17%, sendo que no ano de 1998 este índice subiu para 30,32%. Com relação à emissão de cheques sem fundos, até 1994 a proporção era: a cada 1000 cheques emitidos pelo Banco do Brasil, 1 a 2 cheques eram devolvidos. Já em 1998, essa proporção saltou para 10 a 11 cheques devolvidos para cada 1000 emitidos (Folha de São Paulo, 1998).

Assim, é possível inferir que, apesar da estabilidade financeira que o Plano Real trouxe à economia brasileira, muitos cidadãos não possuíam conhecimento para gerenciar sua vida financeira, levando-os a um processo de endividamento. Nos anos de 2014 e 2015 a economia brasileira voltou a se desestabilizar e os índices de desemprego e de inflação voltaram a aumentar, desencadeando, novamente, um processo de recessão. Com estas adversidades econômicas, o brasileiro voltou a lidar com a crise, e o estímulo ao consumo, ofertado pelo mercado acabou levando muitos cidadãos às dívidas (OCDE, 2018).

No início de 2017 houve uma retomada no crescimento econômico, e o índice de desemprego também diminuiu. Neste contexto o consumo também aumentou, desencadeando fatores que começaram a movimentar a economia, o que abriu às pessoas possibilidades e incentivo a um comportamento mais ativo no consumo (OCDE, 2018).

Paralelamente a esse processo de inclusão financeira, por meio dos índices de endividamento dos brasileiros, é possível, também, que os cidadãos não estejam devidamente educados com relação à formação em Educação Financeira, fator que gera muitos problemas para as pessoas e para a sociedade (OCDE, 2018).

A preocupação com a problemática financeira é de ocorrência muito antiga, quando, ainda na Idade Média, os pensadores já propuseram essa discussão no diálogo de suas ideias, trazendo em questão o consumo e a exibição das riquezas. No entanto, os primeiros estudos acerca das Finanças têm origem nas organizações do século XVII, sobretudo posteriormente à Revolução Industrial (Freitas & Rosa, 2019).

Dessa forma, os estudos relacionados às Finanças eram desenvolvidos primordialmente para atender às necessidades das organizações, no objetivo de alcançarem sucesso na administração de seus recursos. Dessa forma, Gitman (2010, p. 3) indica que pode-se definir finanças como: “[...] a arte e a ciência de administrar o dinheiro”. O autor elucida também, que o termo Finanças está ligada ao processo de transferência de dinheiro entre pessoas, empresas e órgãos governamentais.

De modo geral, todas as pessoas, de uma maneira ou de outra, seja em suas relações pessoais ou profissionais, em algum momento irão interagir com o dinheiro (Gitman, 2010). Porém, esse conhecimento nem sempre teve direcionamento específico aos cidadãos. Antes, direcionados somente às relações organizacionais, a Administração Financeira não compreendia aspectos das finanças pessoais.

As primeiras ações formais da Educação Financeira (finanças pessoais) apontam para a Europa, no final da II Guerra Mundial, situação em que era necessária uma organização das relações econômicas e sociais para que fosse retomado o desenvolvimento. Neto et al. (2014) aponta que a Organização Europeia de Cooperação Econômica, criada no ano de 1948 objetivava auxiliar os países destruídos pela guerra, que necessitavam se reestruturar economicamente.

Na perspectiva de organizar ações e parâmetros para as relações econômicas, países como Canadá, Estados Unidos e Japão também aderiram à Organização, que atualmente contempla 34 países membros e teve sua denominação alterada para Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A organização tem como proposta a difusão da economia nos países membros e demais países interessados, considerando a necessidade de educar os consumidores para seus gastos (Neto *et al.*, 2014).

No Brasil uma preocupação com a Educação Financeira delineou-se de maneira mais concreta a partir da estabilização da economia, com a implantação do Plano Real. Os anos de incerteza econômica vivenciados pelos brasileiros até os anos 1990, diante dos quais era impossível aos cidadãos exercerem um planejamento sobre suas receitas, a Educação Financeira não era muito discutida. No entanto, a partir do ano de 1994, o Plano Real possibilitou o controle da inflação e a expansão da economia, o que trouxe aos brasileiros novas possibilidades de crédito e de investimento (Teixeira & Kistemann Júnior., 2017).

Neste sentido, a Educação Financeira passa a ser assunto de interesse público, o que leva o Governo Federal a estabelecer o decreto 7.397, de 22 de dezembro de 2010, que instituiu a Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF, objetivando a promoção desse tema, a formação dos consumidores, o fortalecimento do sistema financeiro nacional e da cidadania (Brasil, 2010).

A OCDE define a Educação Financeira como:

[...] o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação, possam desenvolver os valores e as competências necessários para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos neles envolvidos e, então, poderem fazer escolhas bem informadas, saber onde procurar ajuda e adotar outras ações que melhorem o seu bem-estar. (OCDE, 2005 apud ENEF, 2019).

Por meio de um comitê composto por representantes de diversos órgãos do setor financeiro e também da sociedade civil, o decreto prevê o planejamento e a realização de ações para formação e orientação financeira em âmbito nacional. Entre estas, o Banco Central do Brasil publicou o Caderno de Educação Financeira - Gestão de Finanças Pessoais (Banco Central do Brasil, 2013).

O documento, elaborado pelo Departamento de Educação Financeira, apresenta conceitos básicos de Educação Financeira, propondo uma reflexão sobre as relações financeiras, objetivando mais qualidade de vida aos cidadãos por meio do equilíbrio das finanças pessoais. Esse Caderno, então, caracteriza a Educação Financeira como:

[...] o meio de prover esses conhecimentos e informações sobre comportamentos básicos que contribuem para melhorar a qualidade de vida das pessoas e de suas comunidades. É, portanto, um instrumento para promover o desenvolvimento econômico. Afinal, a qualidade das decisões financeiras dos indivíduos influencia, no agregado, toda a economia, por estar intimamente ligada a problemas como os níveis de endividamento e de inadimplência das pessoas e a capacidade de investimento dos países (Banco Central do Brasil, 2013, p. 6).

Além de informações conceituais financeiras, o Caderno aborda questões mercadológicas como necessidade e desejo, o consumo estimulado pelas emoções e como equilibrar as relações de consumo por meio da Educação Financeira. Assim, o indicador torna-se uma ferramenta para auxiliar no grau de Educação Financeira dos cidadãos, bem como para auxiliar no

planejamento de ações que objetivam ampliar e democratizar o acesso à Educação Financeira.

Além do caderno de Educação Financeira, o site da ENEF (2013) contempla algumas políticas e eixos de atuação da Educação Financeira no Brasil, conforme segue:

- Ecossistema de Educação Financeira: projeto formado por quatro componentes – Plataforma, Game, Campanha de Comunicação e Rede de Formação de professores, objetiva a disseminação e adesão da Educação Financeira por estudantes, professores, gestores da educação, organizações não governamentais e outros segmentos, utilizando recursos tecnológicos inovadores;

- Nas escolas – Ensino Fundamental: abordagem pedagógica com atividades educacionais direcionadas à estrutura curricular do Ensino Fundamental – 9 anos, que objetiva contribuir com a construção de um pensamento em Educação Financeira e além disso, colaborar com a melhora no desempenho em Língua Portuguesa e Matemática dos alunos.

- Nas escolas – Ensino Médio: com a utilização de materiais direcionados ao currículo do ao Ensino Médio, utilizando situações que proporcionam a interação com conceitos de Educação Financeira relacionados ao cotidiano, objetiva que os estudantes utilizem os conhecimentos transformando suas ações pessoais na área financeira;

- Para adultos: informação, formação e orientação financeira direcionada ao público adulto com o objetivo de contribuir no conhecimento necessário para a correta administração dos recursos financeiros dos cidadãos. Esse eixo da ENEF é direcionado aos adultos, no entanto possui alguns destaques, com materiais específicos para mulheres beneficiárias do programa bolsa família e para aposentados.

Além dos programas desenvolvidos pela ENEF, algumas políticas públicas de Educação Financeira são desenvolvidas nos estabelecimentos de ensino da Educação Básica, por meio da inserção dos temas transversais do currículo. Dentre os documentos que contemplam a Educação Financeira como tema transversal, destacam-se os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN (BRASIL, 1997) e a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Brasil, 2017).

No PCN, a Educação Financeira é abordada no caderno Trabalho e Consumo. Este documento tem por objetivo trazer ao currículo uma discussão acerca do trabalho e do consumo, propondo uma discussão considerando a estrutura social atual, as necessidades, os desejos e o consumo.

O documento apresenta conceitos referentes às relações de trabalho e econômicas, com os seguintes pressupostos: “[...] em todo produto ou serviço consumido existe trabalho social; este trabalho é realizado segundo determinadas relações de trabalho que não são naturais e sim construídas historicamente, sendo, portanto, passíveis de crítica, intervenção e transformação” (Brasil, 1997, p. 339).

Nesse sentido, também a BNCC contempla a temática Educação Financeira com o objetivo de ser incorporada ao currículo de maneira transversal e integradora. A Educação Financeira encontra-se no componente curricular Matemática, contextualizada aos conteúdos da disciplina, podendo estabelecer relação com outros componentes curriculares e com diferentes temáticas (Brasil, 2018).

Enfim, a Educação Financeira, área de interesse público, com implementação ainda recente no Brasil, necessita que sua oferta seja ampliada e que ações de disseminação de seus conceitos sejam ofertadas a toda população, para que o equilíbrio financeiro esteja ao alcance dos cidadãos.

3.2 Consumismo e endividamento – possíveis intervenções da educação financeira nas escolas – ENEF

No Brasil, a Estratégia Nacional de Educação Financeira estabelece diretrizes de conteúdos a serem considerados para a Educação Financeira nos mais diversos espaços sociais. No espaço de escolarização formal, nas Instituições de Ensino, a ENEF (2012) recomenda o documento “Orientações para a Educação Financeira nas Escolas”.

Este documento contempla um modelo conceitual para que a Educação Financeira possa ser ofertada nas escolas, considerando a problemática financeira atual, com vistas à uma situação futura financeiramente equilibrada. Os conteúdos do programa são organizados em duas dimensões, a espacial e a temporal, e recomenda-se que os conteúdos da formação em Educação Financeira sejam trabalhados a partir dessas dimensões, sendo apresentados de maneira flexível a ser adaptado a diferentes realidades escolares.

A dimensão espacial diz respeito aos níveis de abrangência social nos quais os cidadãos estão inseridos. A composição da dimensão espacial parte do nível mais restrito – individual, indo ao mais amplo – global. A ENEF (2012) considera que existe uma inter-relação entre os níveis, sendo que as ações de um nível refletem em consequência aos demais.

Nesse sentido, a ENEF considera que, quando um cidadão tem uma estrutura financeira desequilibrada, suas ações acabam influenciando o equilíbrio nos outros níveis. O seu endividamento e a sua inadimplência, por exemplo, vão afetar a sua comunidade, a sua cidade e a própria sociedade. O movimento inverso também acontece, pois, medidas globais e nacionais interferem na dinâmica econômica dos níveis inferiores.

Portanto, ao trabalhar a problemática da Educação Financeira, é imprescindível que a dimensão espacial seja um referencial para o planejamento das ações pedagógicas, uma vez que, os cidadãos não se desenvolvem isoladamente, ao contrário, o desenvolvimento ocorre na interação social (ENEF, 2012).

A segunda dimensão considerada pela ENEF na elaboração dos conteúdos de Educação Financeira para as escolas é a Dimensão Temporal. Essa dimensão está relacionada à relação existente entre as ações que os indivíduos realizam e as suas consequências no decorrer do tempo. Entende-se que, as atitudes do presente são consequências das ações do passado, e o futuro dependerá das ações de ordem financeira do presente. Nesse sentido, a orientação apresenta 7 objetivos para a Educação Financeira nas Escolas, sendo quatro objetivos da Dimensão Espacial e três objetivos da Dimensão Temporal. No Quadro 1 apresentam-se os 7 objetivos da Educação Financeira nas Escolas (ENEF, 2012).

Quadro 1 - Objetivos da Educação Financeira nas Escolas.

Objetivos		Descrição
Dimensão Espacial	1. Formar para a cidadania	Conceitos relacionados à articulação dos direitos e deveres civis, políticos e sociais, tais como: liberdade, igualdade, propriedade, participação política, educação, saúde, moradia, trabalho, dentre outros.
	2. Ensinar a consumir e a poupar de modo ético, consciente e responsável	Compreender como a prática do consumo ocorre no contexto de nossa sociedade, orientado para os padrões sociais, em atendimento aos desejos e à construção de uma imagem que se deseja projetar. Identificar como o consumo responsável pode contribuir para uma vida financeira equilibrada e sustentável, considerando os aspectos individuais e sociais.
	3. Oferecer conceitos e ferramentas para a tomada de decisão autônoma baseada em mudança de atitude	A quantidade excessiva de informações e de signos podem influenciar as pessoas nas suas tomadas de decisão. Com os conceitos de Educação Financeira espera-se oferecer uma autonomia com relação à informações da mídia, com a finalidade de que os cidadãos possam tomar as decisões de sua vida financeira livre de pressões externas, de acordo com suas reais necessidades, sendo sujeito ativo de suas perspectivas e planos futuros.
	4. Formar disseminadores	Colaborar para uma formação mais crítica de crianças e jovens que podem ajudar suas famílias na determinação de seus objetivos de vida, bem como dos meios mais adequados para alcançá-los. O público beneficiário da Educação Financeira não se restringe ao público escolar, mas, através dele, atinge-se um número muito maior de pessoas, ampliando essa disseminação de conhecimentos

		extremamente úteis para a vida na sociedade atual.
Dimensão Temporal	5. Ensinar a planejar a curto, médio e longo prazos	O planejamento é importante para que as ações pessoais não ocorram ao acaso, viabilizando a concretização de projetos pessoais, dando uma visibilidade do que é necessário para realizá-los. O planejamento conecta passado, presente e futuro, possibilitando a percepção da consequência das atitudes no decorrer do tempo.
	6. Desenvolver a cultura da prevenção	As situações emergenciais e imprevisíveis do cotidiano demandam que as pessoas apresentem certo planejamento financeiro para que sejam solucionadas evitando o desequilíbrio das finanças. Com o consumo voltado para a cultura da prevenção, possibilita-se estar preparado para situações não previstas no orçamento. Para garantir maior tranquilidade diante de tais situações há de se conhecer o leque de opções disponíveis, tais como evitar desperdícios, guardar dinheiro, fazer seguros diversos ou investimentos ou dispor de planos de previdência (pública ou privada).
	7. Proporcionar possibilidade de mudança da condição atual	Entende-se que por meio da Educação Financeira possibilita-se ferramentas que permitem uma reestruturação da vida financeira que viabilize condições para que as pessoas sejam sujeitos transformadores de sua realidade e condição atual.

Fonte: Adaptado de ENEF (2012).

As orientações da ENEF (2012) ressaltam a importância de aproximar os conteúdos ao contexto dos alunos, utilizando situações do seu cotidiano como forma de aplicação. Nesse sentido, a estrutura dos conteúdos do curso foi desenvolvida considerando a dimensão espacial, no âmbito individual em interação com o âmbito social e alinhada à dimensão temporal, ENEF (2012). Os conteúdos do âmbito individual são organizados em 3 eixos que compreendem as seguintes temáticas: Equilíbrio da vida financeira, Consumo e à Poupança.

O eixo *Equilíbrio da Vida Financeira* propõe o conceito que o equilíbrio entre consumo e poupança está baseado em três elementos: trabalho e renda, planejamento e orçamento. Assim, esse eixo do âmbito individual aborda os conteúdos: Planejamento da vida financeira; Impostos e contribuições.

O eixo *Consumo* trabalha a questão do comportamento dos alunos com relação à troca de bens ou serviços, abordando a questão do consumo consciente, da relação do consumo com a sustentabilidade, das atitudes dos 5 R's (refletir, recusar, reduzir, reutilizar e reciclar) e dos impactos das decisões de compra.

No eixo *Poupança* os conteúdos são trabalhados com o intuito de demonstrar a importância da poupança para o equilíbrio financeiro. Desse modo, são apresentados conceitos a respeito do funcionamento desse tipo de investimento, as opções disponíveis e quais se adequam mais às suas necessidades.

Os conteúdos do âmbito social são os que o indivíduo não possui controle sobre as variáveis que interfere em seu equilíbrio financeiro, no entanto, pode se planejar para que suas ocorrências não prejudiquem a sua vida financeira. Esses conteúdos também se relacionam individual e socialmente, sendo organizados em dois eixos, sendo: Variáveis da Vida Financeira e Instituições que compõem o sistema financeiro nacional.

O eixo *Variáveis da vida financeira* contempla conteúdos que objetivam que os indivíduos compreendam a interação entre as variáveis financeiras (moeda, encargos sociais, crescimento econômico) com sua vida financeira e seus projetos pessoais. Dessa forma esse eixo aborda conteúdos tais como: origem da moeda; organização do sistema de trocas; circulação da moeda; criação e as funções dos bancos; moeda bancária; alternativas de pagamento (cartão de crédito, débito, Documento de Crédito (DOC), Transferência Eletrônica Disponível (TED)); origem histórica e finalidade dos tributos; Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); Contribuição Social (INSS) e outras variáveis que interferem na vida financeira dos cidadãos.

O eixo *Instituições que compõem o Sistema Financeiro Nacional* apresenta conteúdos relacionados aos componentes (órgãos e entidades) responsáveis pela definição e execução de políticas governamentais, normativas, entidades supervisoras e operacionais que o compõem, considerando as funções de cada agente dentro desse sistema.

Nessa perspectiva, considerando os conteúdos apresentado nas Orientações para a Educação Financeira nas Escolas (ENEF, 2012), entende-se que os seus objetivos e organização dos conteúdos contribuir para a minimização dos impactos consumismo do endividamento, considerando que sua abordagem contempla ferramentas e conceitos que visam um comportamento crítico por parte dos consumidores no sentido de planejar seus rendimentos e a utilização dos recursos, com fins a uma vida financeira mais equilibrada e com a viabilização dos projetos pessoais de curto, médio e longo prazo.

Considerando o objetivo *Formar para a cidadania* pode-se entender que este possibilitará aos alunos perceber a importância do pagamento dos impostos para o bem-estar social, identificando esse compromisso como exercício de cidadania, identificando-se como sujeitos ativos na transformação pessoal e social.

Nesse sentido, esse objetivo relaciona-se também com o comportamento de Consumo Consciente, permitindo a reflexão do consumismo como possibilidade de endividamento e desequilíbrio financeiro. Na mesma perspectiva compreende-se que o consumo sustentável é um caminho para a conservação do dinheiro.

O objetivo *Ensinar a consumir e a poupar de modo ético, consciente e responsável* permitirá uma reflexão sobre como se relacionam com o consumo e como utilizam os seus recursos. Por meio dos conteúdos relacionados a esse objetivo será possível apresentar a importância de que o consumo e a poupança devem ocorrer de maneira racional para que seja possível atingir equilíbrio da vida financeira, reconhecendo que o consumo consciente é necessário para a conservação dos recursos, estimulando a cultura da prevenção, tendo uma margem de segurança no orçamento.

Sobre o objetivo *Oferecer conceitos e ferramentas para a tomada de decisão autônoma baseada em mudança de atitude* podem ser trabalhados conceitos e práticas que possibilitaram aos alunos a realização de atividades com a utilização de planilhas e tabelas que instrumentalizam o controle financeiro, identificando que a prática do orçamento e do planejamento financeiro são maneiras sistematizadas para identificar e organizar suas finanças, controlando suas despesas pessoais e visualizando o destino do seu dinheiro, racionalizando suas ações antes de consumir.

No que diz respeito ao objetivo *Formar disseminadores* este poderá ter influência a partir dos conceitos compreendidos no curso que os alunos levarão para o convívio de suas famílias. Os alunos terão acesso ao conhecimento em Educação Financeira e levarão para a sociedade essa perspectiva de consumo consciente, planejamento financeiro, poupança e outros pressupostos que colaboraram para a formação de uma sociedade mais consciente e autônoma.

O objetivo *Ensinar a planejar a curto, médio e longo prazos* apresentará conceitos e práticas a respeito do planejamento financeiro, abordando conteúdos teóricos e atividades que permitirão a compreensão da importância do planejamento financeiro para o equilíbrio da vida financeira e para a realização de projetos pessoais. Esse objetivo permitirá um consumo mais crítico e uma previsão dos gastos pessoais, prevenindo o endividamento.

Por meio do objetivo *Desenvolver a cultura de prevenção* pode-se apresentar ferramentas relacionadas ao consumo consciente e à poupança, possibilitando a percepção de que é possível se organizar financeiramente, com a finalidade de prevenir situações por meio da conservação dos recursos. Nesse sentido, esses conteúdos apresentarão um caminho para os imprevistos não sejam uma fonte de endividamento.

O objetivo *Proporcionar possibilidade de mudança da condição atual* apresentará a importância da mudança de comportamento com aos conceitos de Educação Financeira, demonstrando que, com os conteúdos somados à atitudes críticas de planejamento e consumo é possível que ocorra uma mudança de sua condição atual, sobretudo com relação ao comportamento consumista e ao endividamento excessivo.

Deste modo, baseado nesse conjunto de relações entre os objetivos das Orientações para a Educação Financeira nas Escolas e as problemáticas do consumismo e endividamento, infere-se que essa abordagem proposta pela (ENEF, 2012) pode apresentar-se como uma proposta para a compreensão conceitos e a reflexão a respeito dos caminhos possíveis para uma vida financeiramente equilibrada e com projetos pessoais passíveis de realização.

4. Considerações Finais

Este estudo foi realizado com a proposta de identificar Como a Educação Financeira pode contribuir para minimizar os impactos do Consumismo e Endividamento na sociedade. Nessa perspectiva, foi realizado um levantamento bibliográfico em obras que abordam a problemática do consumismo e também índices que evidenciam o panorama atual de endividamento no Brasil.

Também foi realizado um levantamento a respeito da Educação Financeira no Brasil, sobretudo a respeito dos pressupostos da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF, 2010), considerando os conteúdos apresentados na Orientação para Educação Financeira nas Escolas.

Desse modo, buscou-se relacionar as temáticas consumismo e endividamento com os objetivos da Educação Financeira nas Escolas, considerando os pontos de articulação entre eles, e as possíveis contribuições da Educação Financeira para um comportamento de consumo consciente e para uma vida financeira equilibrada.

Com relação à questão norteadora deste estudo entende-se que os conteúdos de Educação Financeira (ENEF, 2012) podem contribuir para a minimização dos problemas com o consumismo e o endividamento por meio da oferta de conteúdos Educação Financeira, utilizando ferramentas que estimulam as habilidades desta temática e que viabilizaram um processo reflexivo sobre as atitudes para o equilíbrio da vida financeira.

Nessa perspectiva, foi possível identificar que, atualmente, os problemas da sociedade dessa área, podem ser amenizados com a oferta de formação em Educação Financeira, considerando que, no passado, não foi dada a prioridade necessária para tal problema. Então, para que no futuro essa situação financeira seja mais equilibrada, são necessários investimentos no presente.

Referências

- ANBIMA, Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais. (2019). (n. 14). *Informativo ANBIMA*. Número 14.
- Banco Central do Brasil. (2013). *Caderno de Educação Financeira – Gestão de Finanças Pessoais*. Brasília: BCB, 2013.
- Baudrillard, J. (1985). *À sombra das maiorias silenciosas: O fim do social e o surgimento das massas*. Tradução: Suely Bastos. Editora Brasiliense,
- Bauman, Z. (2008). *Vida para Consumo: a transformação das pessoas em mercadorias*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Jorge Zahar Ed.
- Bauman, Z. (2001). *Modernidade líquida*: Jorge Zahar Ed,
- Bogdan, R. C., & Biklen, S. K. (1994). *Investigação qualitativa em educação*. Tradução de Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto: Porto Editora.
- Bourdieu, P. (1983). Gostos de classe e estilos de vida. In: Ortiz, R. (org). Pierre Bourdieu: *Sociologia*. Ática, 1983.
- Brasil. (1997). Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais* – Brasília: MEC/SEF.
- Brasil. (2010). *Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF*. Decreto 7.397 de 22 de dezembro de 2010.
- Brasil. (2018). Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF.
- Brasil. (2017). Lei nº 13.530, de 07 de dezembro de 2017. *Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, a Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, a Medida Provisória nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001, a Medida Provisória nº 2.157-5, de 24 de agosto de 2001, a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, a Lei nº 9.766, de 18 de dezembro de 1998, a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, a Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012, e a Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013; e dá outras providências*. Brasília, DF.

- CNI. (2019). Confederação Nacional da Indústria. *A importância da indústria no Brasil*. https://bucket-gw-cni-static-cms-si.s3.amazonaws.com/media/filer_public/3a/8f/3a8f44bd-f1ac-45da-ba21-f0204bed30b0/flyer_a_importancia_da_industria_no_brasil_marco_19.pdf.
- ENEF. (2012). Estratégia Nacional de Educação Financeira. *Orientações*. <http://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/DOCUMENTO-ENEF-Orientacoes-para-Educ-Financeira-nas-Escolas.pdf>.
- FGV, Fundação Getúlio Vargas. *30ª Pesquisa Anual do Uso de TI nas Empresas, 2019*. Centro de Tecnologia de Informação Aplicada da FGV-EAESP. FGVEASP. Recuperado em 28 jun. 2022: https://eaesp.fgv.br/sites/eaesp.fgv.br/files/pesti2019fgvciapt_2019.pdf.
- Folha de São Paulo, (1998). Patamar de inadimplência aumenta após plano real. São Paulo, quarta, 01 de julho de 1998.
- Freitas, C. C. G., & Rosa, A. C. L. F. da. (2019). Educação Financeira sob a perspectiva da Tecnologia Social: uma discussão teórico-reflexiva. *Revista Brasileira de Ensino e Tecnologia*, Ponta Grossa, 12(1), 55-71, jan./abr.
- Gitman, L. J. (2010). *Princípios da Administração Financeira*. Trad: Allan Vidigal Hastings (12 ed). Pearson Prentice Hall.
- Mccracken, G. (2007). Cultura e Consumo: uma explicação teórica da estrutura e do movimento do significado cultural dos bens de consumo. *Clássicos, RAE*, 47(1), jan./mar.
- Neto, A. M., et al. (2014). Educação Financeira: EDIPUCRS.
- OCDE. (2018). *Relatórios Econômicos OCDE: Brasil 2018* Éditions OCDE.
- Souza, M. T., et al. (2010). Revisão integrativa: o que é e como fazer. *Einstein*, 8(1 Pt 1), 102-106.
- SPC Brasil. (2019). *Índices Econômicos. Em ritmo de desaceleração, inadimplência chega a 62,6 milhões de pessoas no mês de abril, apontam CNDL/SPC Brasil*. <https://www.spcbrasil.org.br/pesquisas/indice/6296>.
- Teixeira, W. C., & Kistemann Júnior, M. A. (2017). Uma investigação sobre a inserção da Educação Financeira em um Curso de Serviço de Matemática Financeira para graduandos de um curso de Administração. *Educ. Matem. Pesq.*, 19(1), 223-249.